

A AVALIAÇÃO POR COMPETÊNCIAS: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE UM MODELO FRANCÊS E OUTRO BRASILEIRO

Mary Lúcia Gomes Silveira de Senna¹, Felipe Schulien Spindler², Daniella Cardoso Sardinha³

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências – USP. e-mail: marysenna@ifto.edu.br

²Graduando em Pedagogia da Faculdade Educacional da Lapa – FAEL e-mail: splinder@ifto.edu.br

³Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFT. e-mail: daniellassardinha@ifto.edu.br

Resumo: Este estudo originou-se do Programa de Cooperação Técnica entre Brasil x França, logo após imersão nos Liceus Franceses: La Rochelle e San Quentin, realizada no mês de novembro de 2012, pelos professores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) do Brasil, que puderam vivenciar e aprimorar os conhecimentos na área de Turismo, Hospitalidade e Lazer. O objetivo deste artigo é comparar o ensino por competência do Brasil e França. Como principais conclusões percebeu-se que no modelo Francês observa-se o verdadeiro ensino por competências, com documentos já predefinidos nacionalmente, avaliações bem embasadas e seleções de alunos para cursos bem estruturados o que faz com que o índice de evasão seja quase zero. Propõem-se algumas adequações no modelo brasileiro tendo como parâmetro o modelo francês de ensino em turismo.

Palavras-chave: avaliação por competência, competências, ensino em turismo

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas percebeu-se uma verdadeira transformação nos campos socioeconômico, político e cultural. Bourdieu (apud Nogueira e Catani, 1998) destaca que o “capital cultural” é apontado como uma fonte de distinção e poder e mais do que isto, como privilégio de poucos.

Na era da informação e globalização, Gadotti (2000) afirma que o futuro da educação tem sido visto com muita cautela. O autor faz uma breve análise histórica da educação abordando desde a educação tradicional, voltada para uma pequena minoria, passando pelas inovações das discussões sobre a Educação Nova de Rousseau e o conceito de “aprender fazendo” de Dewey até as discussões atuais de educação.

Edgar Morin (1999) com sua visão holística de educação considera o saber como um princípio unificador, valorizando o cotidiano do ser humano e seu vivido, pensamento este muito debatido nas discussões educacionais atuais.

A educação popular por sua vez, pelo legado de Paulo Freire, veio com a noção de aprender a partir do conhecimento do aprendiz, ensinado através das palavras e temas geradores, vendo na educação o ato de conhecimento e por consequência a possibilidade de transformação social. Independente da perspectiva de educação que se pensará para atualidade, Gadotti (2000) afirma que será sempre uma educação contestadora e superadora dos limites impostos pelo Estado, sendo muito mais “transformadora social” do que “transformadora cultural”.

Na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, foram definidos como sendo os quatro pilares da educação, que deveriam ser a meta para o desenvolvimento educacional em todos os países signatários de seus documentos. Esses pilares foram: Aprender a conhecer; Aprender a fazer; Aprender a viver com os outros; Aprender a ser.

Estes são objetivos que vão muito além da informação ou mesmo do mero desenvolvimento de um conhecimento intelectual. Abarcam toda a formação humana e social da pessoa. Ao nos depararmos com estas metas percebemos que envolvem conhecimento, comportamento, conceitos, procedimentos, valores, atitudes, saber, fazer e ser. Desta forma, não podemos pensar em, nós professores, sermos exclusivamente conteudistas ou nos preocuparmos

excessivamente em sermos professores com um ensino livresco, fragmentado, estereotipado, estagnado. Exigem novas perspectivas, uma nova visão da Educação.

No Brasil, as Diretrizes Curriculares Nacionais, os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) dos diferentes níveis de ensino e uma série de outros documentos oficiais referentes à educação têm colocado - em consonância com uma tendência mundial - a necessidade de centrar o ensino e aprendizagem no desenvolvimento de competências e habilidades por parte do aluno, em lugar de centrá-lo no conteúdo conceitual. Isso implica em uma mudança não pequena por parte da escola, que sem dúvida tem que ser preparada para ela.

Ao direcionar o foco do processo de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento de habilidades e competências, devemos ressaltar que essas necessitam ser vistas, em si, como objetivos de ensino. Ou seja, é preciso que a escola inclua entre as suas responsabilidades a de ensinar a comparar, classificar, analisar, discutir, descrever, opinar, julgar, fazer generalizações, analogias, diagnósticos. Independentemente do que se esteja comparando, classificando ou assim por diante. Caso contrário, o foco tenderá a permanecer no conteúdo e as competências e habilidades serão vistas de modo minimalista.

Lamentavelmente, o que vemos é as habilidades serem vistas como meros 'verbos' colocados no início de cada frase e com pouca aplicabilidade. Devemos romper com este hábito. Devemos ver as competências e habilidades como objetivos a serem alcançados, degraus a serem superados em busca de uma aprendizagem significativa.

O grande desafio da atualidade é superar a ideia que o conhecimento é mais ou menos importante do que o aprender a fazer ou aprender a ser. Isto não implica em desvincular as habilidades de algum conteúdo. Pelo contrário, os conteúdos das diferentes disciplinas devem ser o principal instrumento para o desenvolvimento dessas habilidades. O que se necessita é mudar o enfoque, a abordagem que se faz de muitos assuntos, além da postura do professor, que em geral considera o conteúdo como de sua responsabilidade, mas a habilidade como de responsabilidade do aluno.

Como fazer com que o aluno possa verdadeiramente se integrar o conteúdo e a habilidade em fazer determinada ação? A percepção é o processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos e cognitivos. Os primeiros são capitados pelos estímulos externos através dos cinco sentidos humanos. Os segundos, por sua vez, são aqueles que compreendem a contribuição da inteligência por considerar que a mente humana não funciona exclusivamente a partir dos sentidos.

Del Rio (1999) afirma que "Esses mecanismos cognitivos incluem motivações, humores, necessidades, conhecimentos prévios, valores, julgamentos e expectativas.". Desta forma, existem contribuições do sujeito ao processo perceptivo que vão desde a motivação até a decisão e conduta.

Moreira, analisando o pensamento de Dewey, destaca que a influência educativa exercida pela sociedade age independente de qualquer propósito intencional. Para Dewey o que o ensino consciente pode fazer é libertar as aptidões que existem no educando para assim desenvolvê-las e fornecer objetos que a tornem rica de significância. Moreira destaca que:

A importância fundamental de se reconhecer o processo educativo que prossegue involuntariamente é nos levar a notar que o modo mais eficaz de influir na formação dos mais jovens é atuando sobre o meio em que eles vivem, pensam e sentem. (MOREIRA, 2002, p. 37)

Mudar o foco para o desenvolvimento de competências e habilidades implica, além da mudança de postura da escola, um trabalho pedagógico integrado em que se definam as responsabilidades de cada professor nessa tarefa. Um grande obstáculo, aqui, é que nós mesmos, professores, podemos ter dúvidas sobre em que consiste, realmente, uma determinada habilidade, e mais ainda sobre como auxiliar o seu desenvolvimento. Afinal, possivelmente isso

nunca foi feito conosco. Mas as dificuldades não nos devem desalentar. Pelo contrário, representam o desafio de contribuir para uma mudança significativa na prática didática da escola.

Há professores que temem (e evitam) as aulas de laboratório pelo receio de que os experimentos "deem errado". Não têm consciência de que todos os experimentos dão certo, ou seja, o seu resultado reflete o que aconteceu nos diferentes passos experimentais. Um experimento que não dá o resultado previsto muitas vezes é didaticamente mais útil, uma vez que terão que ser formuladas e analisadas hipóteses que não haviam sido antecipadas. É a mobilidade da competência sendo acionada. Flemming não teria descoberto a penicilina se uma de suas placas não tivesse sido acidentalmente contaminada. Mas também não a teria descoberto se tivesse descartado essa placa "que deu errado".

Ao falarmos de mudanças de foco, não podemos esquecer de outra questão complexa que seria a avaliação. Se uma habilidade é vista como objetivo de ensino, a sua aquisição deve ser avaliada.

A competência abarca, portanto, um conjunto de ações. Perrenoud fala de esquemas, que é bem trabalhado por Piaget, que trata esquema como uma estrutura invariante de uma operação ou de uma ação. Não está, entretanto, condenado a uma repetição idêntica, mas pode sofrer acomodações, dependendo da situação.

O conceito de habilidade, em geral, são consideradas como algo menos amplo do que as competências. Assim, a competência estaria constituída por várias habilidades. Entretanto, uma habilidade não "pertence" a determinada competência, uma vez que uma mesma habilidade pode contribuir para competências diferentes.

Segundo a LDB, os tipos de cursos ofertados no Brasil para a área de turismo, hospitalidade e lazer: são cursos da Educação Básica (Formação Inicial e Continuada), Nível Técnico, Bacharelado, Superior em Tecnologia e Pós-Graduação.

A competência técnica utilizada no desenvolvimento das atividades profissionais no setor de turismo, hospitalidade e lazer, segundo Avena (2006) é a competência interpessoal, que será em maior ou menor grau, dependendo do tipo de trabalho desenvolvido.

Sendo assim o profissional de turismo deve adquirir competência interpessoal, por meio de estudos e participação em cursos de formação, conforme citados acima, para estarem preparados a atuarem no mercado de trabalho, onde seu principal cliente é o turista.

Assim pretendemos com este trabalho mostrar as possibilidades de uma mudança em nossos modelos e métodos tradicionais de educação, baseados no modelo Frances, os quais tivemos a oportunidade de conhecer e vivenciar.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para aplicação deste projeto os docentes da área de Turismo, Hospitalidade e Lazer, tiveram a oportunidade de participar de um curso de língua francesa, com a professora Sandra Tourne, no Campos Palmas, com aulas presenciais, por um período de nove meses.

Também durante este período a Coordenadora de área participou de diversos encontros pedagógicos com os outros IF's, socializando os resultados dos mesmos com sua equipe de docentes.

Após este período iniciaram os programas de imersão, por atividades propostas. As atividades referiam-se às áreas de Turismo, Hotelaria, Gastronomia e Eventos, que foram realizadas durante dois anos. Os Liceus Franceses que nos receberam foram: La Rochelle e San Quentin.

As atividades nos Liceus consistiam em momentos pedagógicos com os professores e os diretores, observação de aulas práticas e visitas técnicas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira diferença encontrada ao compararmos os dois modelos, francês e brasileiro, se dá no processo de entrada dos alunos. No modelo brasileiro, o ingresso nestes cursos se dá por processo seletivo apenas com prova de conhecimento das grandes áreas, tais como, Português, Matemática, dentre outros e é aberto com periodicidade anual ou semestral, dependendo da modalidade do curso. Já no modelo Francês o processo se dá com análise do Dossiê do aluno, contendo um documento principal que seria o currículo com a carta de motivação do aluno para fazer aquele determinado curso. Além disso, há também uma entrevista com a família e com o aluno, bem como, a análise das competências e possíveis habilidades profissionais por professores da área.

O conjunto de informações apresentadas anteriormente garante a entrada do aluno ao Liceu nos diferentes níveis de formação. Esta é uma opção do Liceu de La Rochelle, que, acredita ser a motivação do aluno para trabalhar na área, a garantia que aquele aluno não irá evadir no curso. Para entrada do aluno no Liceu, sendo este menor de idade, a vontade da família prevalecerá na hora de decidir sobre sua formação profissional. Isto se aplica às regras locais de criação, o que não quer dizer que no Brasil, este modelo poderia ser aplicado e obter sucesso como na França.

Segundo informações dos professores franceses, praticamente não há evasão no curso. Ele é próximo a 0%. Hoje o grande empecilho no modelo francês é quanto a permanência deste profissional na área, que segundo dados divulgados pelos próprios representantes franceses, apenas 10% permanecem atuando no mercado de trabalho em sua formação.

No que se refere à implantação de cursos não há diferença entre os dois modelos de educação. Ambos dependem da demanda que nasce através de procura aos departamentos de ensino ou ao mercado e cada área fará o plano pedagógico para viabilizar ou não a implantação do mesmo. Tal como no Brasil existe a criação de uma comissão, que através dos inspetores, que normalmente são da área, e normatizam as unidades curriculares (quase um núcleo comum para cada área). A diferença acontece na formação do currículo. Enquanto no Brasil, há a possibilidade de adequação do currículo às necessidades e especificidades locais, na França não há adaptação no currículo, pois os currículos são como documentos referenciais do país, isto é, todos devem seguir exatamente aquele padrão, inclusive no que tange aspectos avaliativos. Todos os professores de todas as áreas precisaram adaptar seus planos de ensino a estas especificidades locais na França.

Quanto às metodologias de ensino, percebeu-se uma distinção entre os dois modelos. Ao analisarmos os planos de cursos das instituições públicas e até privadas, nota-se que no Brasil, na maioria das vezes ou das disciplinas, priorizam-se as aulas teóricas em detrimento ao conhecimento prático, isto é, o 'ensinar a fazer' ou desenvolver as 'habilidades em' possuem carga horária menor no plano de ensino. Já no modelo francês, percebemos exatamente o contrário. O aluno terá a teoria, que também é importante para compreensão da prática, mas em sua maioria será priorizado o desenvolvimento das habilidades do saber fazer com uma carga horária maior do que a carga horária teórica.

Além disso, nas aulas práticas, o professor prepara todo material contendo as técnicas a serem aplicadas, com as fichas de avaliação para cada aluno. Desta forma, a avaliação é feita em um portfólio do aluno, com cada competência que este aluno necessita adquirir ao final daquela aula. No decorrer da aula os alunos são acompanhados pelo professor e por outro aluno, que normalmente está em uma série ou ano de aprendizagem a frente daquela turma, caracterizando-se, pois como sendo um monitor daquele grupo. É tarefa deste monitor de turma supervisionar todo o serviço daquela turma, orientá-los quanto à execução das tarefas, mas para avaliação, somente o professor quem possui esta tarefa.

Durante toda a visita realizada pela comitiva brasileira ao Liceu Francês, foi consenso entre os professores brasileiros que a verdadeira avaliação por competência é realizada na França. Como lá há as diretrizes curriculares bem definidas, onde é possível encontrar desde as competências a serem desenvolvidas nos alunos até os instrumentos avaliativos e formas de

avalia-los, cabe ao professor apenas seguir as orientações previamente definidas, tornando seu trabalho muito mais prático e dinâmico. Em toda a dinâmica de ensino, os valores atribuídos do “saber e conhecer” se completam com “saber ser e saber fazer”, etc. O aluno não é aprovado sem ter toda a formação completa. Durante a atividade o professor identifica as carências de formação individual e coletiva e foca o desenvolvimento da aula para suprir estas carências de conhecimento (saber ser e saber fazer).

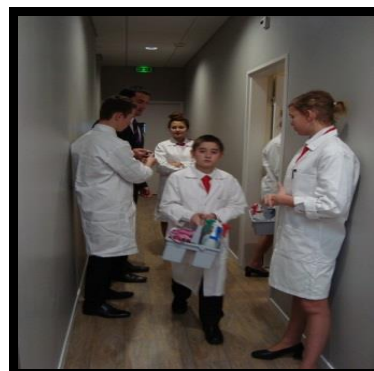


Figura 1 e 2: alunos em aula prática de hotelaria no Liceu La Rochelle.



Figura 3 e 4: alunos aula prática de hotelaria e eventos no IFTO/Palmas.

O sistema de avaliação Francês é unificado. O aluno ao final do curso passa por uma avaliação nacional que fica arquivada em seu dossiê. Caso o aluno não passe neste exame, não há recuperação. O aluno deverá buscar preencher as lacunas e, por conta própria, refazer o exame até passar.

Um interessante formato de ingressar os alunos no mercado de trabalho é um processo conhecido como CCF. Este processo avaliativo funciona como uma espécie de estágio, tal como ocorre no Brasil. O aluno inicia seu estágio em algum restaurante ou hotel conveniado com os Liceus franceses, tal como no Brasil. A diferença é que, no modelo francês o empregador deverá ser orientado previamente sobre a forma que deverá avaliar seu estagiário de acordo com os parâmetros nacionais que são documentos previamente estruturados. Este processo funciona como uma possível inserção do indivíduo no mercado de trabalho, tornando o mais real possível as suas competências desenvolvidas in loco.

6. CONCLUSÕES

Não há como negar que o verdadeiro ensino por competência é o modelo francês que visitou-se em novembro de 2012. Os alunos são motivados a desenvolver suas competências e pelo índice de evasão que quase chega a zero, indica para nós que há uma produtividade evidente no modelo educacional francês.

Há de se pensar a possibilidade de criação das diretrizes curriculares nacionais com base no Catálogo Nacional para os cursos da área de turismo. Para isto, é necessário instituir um grupo de estudos sobre a adaptação dos documentos brasileiros.

Além disso, propõe-se iniciar um estudo de caso em duas disciplinas no Brasil criando as competências por aula como forma de analisar se o ensino por competência pode trazer bons resultados também no Brasil. Como última meta, a proposta é implantar as técnicas utilizadas para as aulas práticas de hospedagem e eventos de acordo com o que vivenciamos no Liceu.

Devemos também no Brasil, buscar em caráter experimental o processo seletivo do curso subsequente nos moldes do modelo França. Para isto, devemos averiguar de acordo com as Leis da Educação Brasileira (LDB) e Normativas do IFTO, como modificar nosso processo seletivo para os cursos técnicos subsequentes, a princípio, utilizando o modelo (adaptado da França) que vimos nos Liceus Franceses. Com a implantação do novo processo seletivo, acompanhar o índice de evasão dos alunos.

Evidentemente, para que se trabalhe adequadamente desta forma o primeiro a necessitar de competências com grande mobilidade e capacidade da transferência de conhecimentos para atender a situações concretas é o professor. Desta forma, é necessário investir em qualificação deste profissional para que o processo de ensino e aprendizagem possa se tornar verdadeiramente significativo.

REFERÊNCIAS

- AVENA, Biagio M. **Turismo, Educação e Acolhimento**: um novo olhar. São Paulo: Roca, 2006.
- COOPER, Chris; SHEPHERD, Rebecca; WESTLAKE, John. **Educando os educadores em Turismo**: manual de educação em Turismo e Hospitalidade. São Paulo: Roca, 2001.
- DEL RIO, V. Cidade da Mente, Cidade Real: percepção ambiental e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (org.) **Percepção Ambiental**: a experiência brasileira. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999
- GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. **Revista São Paulo em Perspectiva**. v. 14, n. 2, 2000.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: UNESCO, Cortez, 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EdgarMorin.pdf>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2008.
- MOREIRA, C.O.F. **Entre o indivíduo e a sociedade: um estudo da filosofia da educação de John Dewey**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (org.) **Escritos de Educação**. Seleção, organização, introdução e notas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- PERRENOUD, P. **Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar**. Porto: Porto Editora, 1995.
- _____. **Avaliação: da excelência à regularização das aprendizagens**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.